

PODER E INDIGNAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 16/10/92

Indignação e desalento são as duas palavras que melhor definem a atitude dos brasileiros em relação a crise política que envolve o Presidente Fernando Collor. Indignação porque as evidências de improbidade na condução dos negócios públicos já são hoje mais do que suficientes. O país sente que se instalou nas sombras do governo uma quadrilha para assaltar os cofres do Estado e chantagear os empresários que negociam com o setor público. Indignação que provavelmente levará hoje muitos brasileiros a usar tarjas pretas ao invés das verde-amarelas que o presidente, fora da realidade, sugeriu em um discurso nesta semana. O desalento, entretanto, provém da descrença que Collor possa ser afastado do governo através de um impeachment. Algumas frases freqüentemente ouvidas traduzem esse estado de espírito: "O processo será muito longo", "o PFL não permitirá que se estabeleça a maioria de dois terços necessários ao impeachment", "haverá no PFL e em outros partidos, como o PTB, suficiente número de deputados que o governo pode comprar com verbas e nomeações". E finalmente uma frase atribuída ao Ministro Jorge Bornhausen é lembrada: "o impeachment não passará como não passaram as diretas; o PFL não vai entregar o poder de graça a oposição".

Este pessimismo é, todavia, exagerado. A probabilidade que o impeachment seja vitorioso já é hoje claramente maior do que a de tudo continuar como está. O PFL - ou pelo menos um número ponderável de seus representantes - acabará votando a favor do impeachment.

Há muitas razões para isto, todas bem conhecidas. Formou-se um consenso na sociedade de que o presidente está diretamente envolvido no processo de corrupção e perdeu condições de governar. Os custos de mantê-lo no governo, como uma figura patética, desrespeitada, refém de ambições contraditórias daqueles que ainda o apóiam, são imensos. Muito maiores do que os custos envolvidos no processo de transição em curso e na incerteza a respeito de como será o governo de Itamar Franco. São custos econômicos, são custos políticos, são custos morais. Ouvi recentemente uma frase que resume os custos morais. "Estou me sentindo envergonhado com tudo isso, ficaremos todos desmoralizados se nada acontecer". Os custos econômicos dizem respeito a

inviabilidade de controlar a inflação e retomar o crescimento nesse quadro. O Ministro Marcílio hoje limita-se a "segurar as pontas", a tentar evitar o pior. Os custos políticos dizem respeito ao debilitamento da democracia que foi tão difícil de conquistar.

A estes argumentos, que são bem conhecidos, quero, entretanto, adicionar um outro, diretamente relacionado com o PFL. Seus dirigentes afirmam que o impeachment não passará porque desejam permanecer no poder. Pergunto, então: mas que poder o PFL reterá, se já não mais existe poder real no governo, se Collor e todos os que o apóiam vivem apenas de um simulacro de poder, não do verdadeiro poder?

Mas e o poder de nomear, de manipular verbas, de agir de forma clientelística ou fisiológica? Não é isto o poder? Não é isto o que busca o PFL? Não é este o objetivo da maioria dos políticos brasileiros? Minha resposta a estas perguntas é "não". Os políticos brasileiros, inclusive os do PFL, são melhores do que se pretende. Seu objetivo fundamental, como o de qualquer político, é o poder. Mas o poder verdadeiro. Nesse poder real está incluída a possibilidade de atender a necessidades de eleitores, clientes, mas o essencial do poder é o respeito e a admiração que vem com ele, e a capacidade de realizar tarefas públicas diretamente voltadas para o bem-comum da sociedade.

Ora, esse tipo de poder desapareceu no governo Collor, esvaziado pela indignação moral da sociedade. O próprio poder fisiológico foi muito diminuído devido ao fato de que os cofres do Tesouro estão vazios. Mas o que diminuiu mesmo foi o poder de liderar pessoas, de realizar obras e reformas, e de derivar prestígio dessas ações. O governo está imobilizado e desmoralizado. O PFL não tardará a perceber este fato. Não demorar muito tempo para que seus representantes verifiquem que os custos do apoio são maiores do que os poucos benefícios fisiológicos que ainda são possíveis.

Quando expus estas idéias a alguns amigos, a resposta imediata foi que eu estava sendo ingênuo. Que os políticos brasileiros e particularmente o PFL, com sua insopitável vocação governista, eram fisiológicos por natureza. Que se contentavam com pouco. Que poder para eles resumia-se apenas em verbas e nomeações.

Talvez eu esteja enganado. Talvez estejam certos os pessimistas que dizem o contrário. É um equívoco, entretanto, subestimar o gênero humano. Os homens são capazes das maiores felonias, como estamos vendo agora os sérvios praticar na Bósnia contra muçulmanos indefesos, mas têm uma noção mais clara do que pensamos dos seus reais interesses.

Escrevi este artigo, exceto este último parágrafo e a referência as tarjas pretas no último domingo, dia 9. Na última sexta-feira, dia 14, esta Folha publicou a seguinte manchete confirmatória: "Decisão sobre o impeachment racha o PFL". A notícia ainda não oferece garantias sobre o comportamento do partido, mas é muito significativa. Na

verdade, hoje já não existe mais grupo algum que ganhe mais do que perca apoiando um governo condenado pela sociedade.